

REPRESENTAÇÕES DO SOCIAL E DO LINGÜÍSTICO NA CLIVAGEM DO SUJEITO

Oliveira Miranda Neto¹

RESUMO: a linguagem é o espaço privilegiado, como acontecimento social, em que os indivíduos assumem sua condição de sujeito e se constituem como agentes de transformação. Ocorre, no entanto, que os modelos de compreensão e descrição da língua, desde Saussure, e mesmo antes dele na linguística histórica do século XIX, vêm eliminando o político e ideológico dos grandes debates sobre a realização do discurso e de sua materialização nos grandes institutos de manutenção do poder, como a Gramática, a Escola, o próprio Estado. Neste aspecto, a Análise do Discurso de Linha Francesa avança, desde a década de 60 do século passado, no sentido de garantir o diálogo entre sujeito, história e construção da identidade. Cada indivíduo, em sua memória histórica, constitui-se como um sujeito fragmentado, dividido, não apenas pelas composições de classes mas, sobretudo, pela própria experiência da linguagem em seu limiar cognitivo e relacional que se organiza na interação como o *outro* (outros). Donde se origina a expressão *clivagem do sujeito*: processo em que o ser é sempre múltiplo e se expressa numa realidade intersubjetiva, marcada pela alteridade.

PALAVRAS-CHAVE: Clivagem; Sujeito; Análise do Discurso.

ABSTRACT: the language is the privileged space as a social event, where individuals assume their condition as subjects and are as processing agents. Occurs, however, that the models of understanding and description of the language, since Saussure, and even before it in historical linguistics of the nineteenth century, come eliminating the political and ideological of the great debates on the implementation of discourse and its materialization in the great institutes Power maintenance, such as Grammar School, the state itself. In this respect, the French Discourse Analysis progresses, since the 60s of the last century, to ensure dialogue between subject, history and construction of identity. Each individual in their historical memory, was

¹ Mestre em Letras e Linguística pela Universidade Federal de Uberlândia. Atuou vários anos como professor de Produção de Texto e Teoria Literária no Ensino Superior. Atualmente, ministra aulas de Literatura Brasileira no Ensino Médio. E-mail: oliveiramiranda@gmail.com.

established as a fragmented subject, divided not only by class compositions, but above all the experience of language in its cognitive and relational threshold which is organized in interaction as the other (others). Whence arises the expression cleavage of the subject: process in which the being is always multiple and is expressed in an inter-subjective reality, marked by otherness.

KEY-WORDS: Cleavage; Subject; Discourse Analysis.

1. Introdução

É possível observar nos limites acadêmicos uma série de interrogações em torno das noções de linguagem e seu funcionamento. Entre elas, não podemos nos esquecer do embate epistemológico entre a linguística estrutural e a linguística enunciativa, que atualmente parecem fazer parte dos acirrados debates acerca das noções de funcionamento da língua.

Em outras palavras, o Estruturalismo, como perspectiva teórica, trata a língua fora do contexto social e, conseqüentemente, desconsidera elementos de natureza ideológica, caracterizados como elementos subjacentes ao discurso, revelando-lhe os sentidos, aparentemente ocultos, que têm como função representar o social, e as intenções que permeiam esse mesmo social, refletidos nas margens do enunciado.

Esses elementos podem ser resgatados por meio de determinados conectivos, inversões sintáticas, certos modalizadores e outros componentes discursivos. Em contrapartida, esses aspectos percebidos no enunciado são tratados na episteme linguístico-enunciativa, que busca no discurso as intenções do sujeito, através da construção dos sentidos num determinado enunciado.

Além desse quadro, há outro ainda mais controverso que, seguramente, guia os estudos da linguagem a horizontes cada vez mais obscuros: os diversos olhares que permeiam a existencialidade e funcionalidade do *sujeito*, e até que ponto lhe é dado o direito de interferir no social e no ideológico, ou mesmo, como estes se comportam frente aos referenciais daquele. É o caso, por exemplo, do processo de clivagem² desse sujeito (tomado aqui na

² Podemos tomar por *clivagem* neste artigo, o processo em que um sujeito se apropria dos referenciais de outrem e os credencia em seu (do sujeito) discurso. É o típico caso de quando nos apropriamos de determinada fala (discurso político, por exemplo) e a utilizamos para determinados fins.

condição de um agente influenciando o social e sendo ao mesmo tempo influenciado por este) que reproduz seus mecanismos de funcionamento e os transformando na medida de suas (do sujeito) intenções.

Surgem, com isso, algumas indagações que influenciam os estudos da linguagem, fazendo com que esta seja percebida como um veículo, no qual os aparelhos sociais políticos, linguísticos, entre outros, tornam-se perceptivos em suas respectivas representações.

2. Justificativa

Percebendo tal complexidade, Brandão (1991) tece alguns comentários sobre a necessidade do processo de articulação entre o aspecto linguístico e o aspecto social, visando, dessa forma, a uma percepção capaz de associar pela primeira vez o fenômeno ideológico aos estudos da linguagem até então realizados:

Nessa perspectiva, fica evidente que uma linguística imanente que se limite ao estudo interno da língua não poderá dar conta do seu objeto. É necessário que ela traga para o interior mesmo do seu sistema um enfoque que articule o linguístico e o social, buscando as relações que vinculam a linguagem à ideologia. (BRANDÃO, 1991, p. 10)

Neste contexto, *enunciado* e *enunciação* se constituem numa percepção didática do discurso, e este elabora por sua vez, no tempo e no espaço, o meio supostamente ideal para se verificar as intenções ideológico-sociais dos interlocutores. Acreditamos assim, neste trabalho, contribuir no levantamento de algumas reflexões no que se refere aos mecanismos de funcionamento da sociedade nos quais a ideologia e a linguagem se entrecruzam na constituição do sujeito heterogêneo.

3. Metodologia

Segundo Authier-Revuz (1990, p. 36), “esse sujeito heterogêneo, o locutor intencional, se articula e se evidencia sob os mais diversos referenciais, entre os quais estão as concepções filosóficas, psicológicas, sociológicas do sujeito e das relações interindividuais”. Ainda poderíamos acrescentar aqui, em sentido amplo as concepções históricas desse mesmo sujeito.

Amplo porque resgatar a história significa reconstruir a trajetória que o sujeito percorre em seu processo de constitutividade.

Dessa forma, trataremos do processo de representação sob a ótica social e linguística, por considerarmos que tais elementos estão diretamente ligados ao processo de constituição do sujeito circunscrito num determinado discurso.

Nessa perspectiva, adotamos uma metodologia analítico-dedutiva que preserva o objeto discursivo e que articula a pesquisa em *sujeito* com a perspectiva social da linguagem. O tema, neste sentido, apesar de subjetivo, impacta diretamente os estudos sobre a língua e sua estreita relação com a representação da memória sócio-ideológica.

4. Entre a Língua e o Social: a construção do Sujeito

É imprescindível, antes de observar o processo de clivagem do sujeito, que explicitemos a noção de **representação**, orientando-nos seguramente a maiores elucubrações em torno do tema proposto neste trabalho.

Sendo assim, por **representação** podemos entender o fenômeno por meio do qual as variáveis sociais (incluindo aqui as concepções filosóficas, psicológicas, sociológicas e interindividuais³) e linguísticas se concretizam no discurso e na realidade factual.

Pela *representação* que somos capazes de identificar como um determinado comportamento social configura os valores estabelecidos: culturas dominantes ou dominadas, por exemplo. Do ponto de vista linguístico, é a língua que se posiciona como representação e que assume, para a epistemologia clássica, a função de representar o real.

Nessa postura, o enunciado assume valor de verdade se for capaz de abarcar um estado de coisas existentes. Em contrapartida, uma tendência dos anos noventa busca, na língua e pela língua, as representações aí existentes, englobando o sujeito e o considerando elemento constitutivo de sentidos.

Sobre este tema, Brandão (1991, p. 38) afirma que “o sujeito passa a ocupar uma posição privilegiada, e a linguagem passa a ser considerada o lugar da constituição da subjetividade. E porque constitui o sujeito, *pode representar o mundo*”. (o destaque é nosso)

³*Interindividuais* seriam as relações entre o sujeito e os referenciais de outrem. Ou ainda, pode-se dizer que uma relação interindividual é a interação de um determinado discurso com outro, marcando assim um espaço de negociação de sentidos.

Visto isso, podemos levantar uma série de interrogações, obrigando-nos a repensar as concepções de linguagem supracitadas. É importante resgatarmos uma dessas concepções, tomadas como uma espécie de impulso para os estudos linguísticos: é o chamado *Estruturalismo*.

Posteriormente a este, perceberam-se o surgimento de novas mentalidades na compreensão e interpretação da língua (surgimento da Sociolinguística, dos estudos semióticos, Linguística Gerativo-Transformacional, Psicolinguística e Análise do Discurso). Nessa galeria, como podemos desprezá-lo (o Estruturalismo), sem compreendermos os contextos da época que, possivelmente, orientaram os estudos da linguagem, abordando-a numa percepção isolada da perspectiva social?

Em outras palavras, será realmente a abordagem da língua enquanto estrutura que possibilitou o isolamento do sujeito e dos aspectos representativos (como o discurso se apresenta no processo de negociação de sentidos) e ideológicos do discurso? Ou serão os métodos empregados na sociedade (escolas, universidades, e outras instituições de preservação dos mecanismos de poder) que foram incapazes de integrar o social ao ideológico e o sujeito ao linguístico sob um prisma mais abrangente da realidade que norteia essas relações de poder? Será possível, dessa forma, através da linguagem, compreendermos o sujeito e o social de maneira interdependente, na qual o primeiro se constitui no segundo e o segundo determina o primeiro?

As respostas a essas perguntas certamente não serão facilmente solucionadas, uma vez que o próprio conceito de representação transita entre o *mostrar* aquilo que é posto (enunciado) e o *mostrar* além do que é posto por meio da construção de sentidos (enunciação).

Outra indagação poderia solucionar algumas questões propostas anteriormente: se nos estudos da linguagem no início do século, o sujeito ainda não havia sido incluído no discurso (a língua é trabalhada no sentido de modelo padrão e não como realidade social), como os estruturalistas poderiam excluí-lo? Ora, só se pode excluir algo que implícita ou explicitamente se inclui num determinado sistema epistemológico. Da mesma forma, poderíamos questionar, nos dias atuais, o porquê de se desprezar o sujeito nos estudos da linguagem e concebê-la descontextualizada dos fenômenos sociais, uma vez que já se pode

cogitar em perspectivas de estudos que abrangem a noção discursiva em vários níveis de compreensão: histórica, psicológica, sociológica, entre outras.

Faz-se necessário refletirmos sobre essas interrogações, pois a partir delas podemos retornar ao conceito de representação e sua íntima ligação com o fenômeno ideológico. Para Ricoeur (1983):

A ideologia é função da distância que separa a memória social de um acontecimento que, no entanto, trata-se de repetir. Seu papel não é somente o de difundir a convicção para além do círculo dos pais fundadores, para convertê-la num credo de todo o grupo, mas também o de perpetuar sua energia inicial para além do período de efervescência. (RICOEUR, 1983, p. 68)

Nesse sentido, podemos supor que os mecanismos de poder se perpetuam por meio desse distanciamento entre a memória social e um determinado fato acontecido. Vejamos, por exemplo, o uso na escrita da chamada “língua padrão” mantida pelos manuais didático-escolares e por toda uma convenção social. O que de fato está por trás dessa convenção? O que nos impede de utilizar a linguagem oral num texto escrito? Para buscarmos respostas a essas indagações, seria necessário resgatarmos a memória social construída ao longo da história, com o objetivo de identificarmos as razões políticas envolvidas nesse processo, e o funcionamento ideológico que permitiu o apagamento dessa memória e a difusão opressora do “nível culto da linguagem” nas camadas sociais menos favorecidas, tornando-o o que se chama de *padrão de escrita* ou simplesmente *língua padrão*. Para Gnerre (1985):

A curta memória social e histórica permite um tipo de legitimação que não seria possível se a origem das instituições sociais e o seu significado e função fossem perfeitamente explícitos para todos. A *amnésia da gênese*, pelo contrário, permite que se aprenda a gramática fora das condições políticas de sua instituição. (GNERRE, 1985, p. 21)

Imaginamos, diante disso, que a **amnésia da gênese** contribui para a oficialização de uma determinada língua padrão, ou para ser mais explícito, para o credenciamento de um determinado dialeto de prestígio usado pelas classes mais favorecidas. Dessa forma, podemos assegurar que o fenômeno da representação de uma determinada língua, por exemplo, configura-se no “fazer” linguístico (no uso constante da língua) e no esquecimento das reais intenções do uso dessa mesma língua. Daí, poderíamos acrescentar algumas reflexões pouco mencionadas nas instituições escolares, do tipo: por que, para que e para quem falamos ou

escrevemos? Quais as intenções que permeiam o ato de escrita e o ato de leitura? São esses alguns pontos que nos chamam a atenção para analisarmos o funcionamento das instituições sociais e de suas respectivas representações. Além de nos convidarem para a busca de algumas causas do apagamento da memória social, presentes nas relações de poder.

Outro exemplo: Gnerre (1985) visualiza a representação social a partir das intercorrências da linguagem sob a perspectiva do princípio da *discriminação* quando afirma:

Talvez exista uma contradição de base entre ideologia democrática e a ideologia que é implícita na existência de uma norma linguística. Segundo os princípios democráticos nenhuma discriminação dos indivíduos tem razão de ser, com base em critérios de raça, religião, credo político. A única brecha deixada aberta para a discriminação é aquela que se baseia nos critérios da linguagem e da educação. (GNERRE, 1985, p. 21)

Tanto Ricoeur, quanto Gnerre não concebem a linguagem dissociada dos mecanismos representativos e ideológicos. Ambos resgatam historicamente as razões pelas quais se faz necessário compreender a ideologia enquanto instrumento que auxilia a manutenção do poder. Por outro lado, essa ideologia contribui para que as representações se convertam em modelos pré-estabelecidos difundidos na memória social e ao mesmo tempo faz com que sejam esquecidas as causas dessa difusão em decorrência de um duplo papel desempenhado pelo elemento ideológico: manter as relações de poder e fazer com que essas relações não sejam percebidas num determinado contexto, seja linguístico ou social.

5. A representação e a construção do sujeito

Mas onde iremos detectar nessas visões apontadas anteriormente a noção de representação? Podemos imaginar que a padronização da língua mantida nas instituições escolares seja a **representatividade** de um discurso inicial (fundador), credenciado pelas instituições de poder e perpetuado em função do esquecimento social. Em outras palavras, nesse processo de apagamento da memória, não é possível visualizar a imposição do uso da língua padrão, ocorrendo assim, uma espécie de arquivamento das implicações ideológicas que tangem a busca de uma hegemonia das relações de poder na sociedade.

A função da ideologia inscreve-se no ato de perpetuar um ato inicial segundo o modo da *representação*. Podemos inferir por meio dessas percepções que, se o sujeito faz parte dos

mecanismos sociais, (re)produzindo-os e transformando-os e se o discurso está povoado por suas intenções, não podemos encarar a linguagem sem o amparo das funções ideológicas aí presentes. E acima disso, não podemos desconsiderar o próprio **sujeito** e sua **representação** no discurso.

6. O papel da AD e novas discussões propostas: à guisa de conclusão

Até aqui, percorremos alguns caminhos difíceis de serem sondados por uma abordagem puramente teórica. Os exemplos dados anteriormente são apenas alguns dos muitos aspectos possíveis de serem trabalhados com o conceito de representação no discurso.

Avançando um pouco mais, deixando momentaneamente abertas as discussões propostas anteriormente, iremos focalizar agora a dinâmica que o sujeito percorre em seu processo de clivagem.

Concluíamos, em nossa análise, que o sujeito só se completa na interação com o outro. Nisso, ela tenta estabelecer as relações de incompletude⁴ do sujeito. A AD (Análise do Discurso) procura romper com a circularidade dessa estrutura dual, ao reconhecer no sujeito um caráter contraditório que, marcado pela incompletude, anseia pela completude, pela vontade de *querer ser inteiro*. Assim, numa relação de dinâmica entre identidade e alteridade, o sujeito é ele mais a complementação do outro.

Dessa forma, fica claro que é por meio da **interação** que o sujeito se constitui; além disso, se a interação pressupõe as relações ideológicas e sociais que a marcam e, obviamente, também pressupõe a existência de outro inserido nesse processo, não será possível compreender a representação do social e do linguístico (se é que podemos dissociá-los), desprezando o sujeito e todos os seus referenciais (psicológicos, sociológicos, históricos, existenciais) presentes no âmbito da linguagem.

Com relação à **interação**, podemos afirmar, *a priori*, tratar-se de um processo no qual os sentidos de um determinado discurso são construídos e utilizados no fazer social. Esse processo é justamente a *interação* entre as diferenças (heterogeneidades) constitutivas desses mesmos sujeitos. O processo inverso da interação é o que chamaremos aqui de **anti-**

⁴ Na Análise do Discurso de Linha Francesa, se tomarmos por linguagem um espaço de negociação de sentidos, os interlocutores, nesse contexto, tendem a ser considerados não isoladamente num Eu e num TU, mas sim, no espaço discursivo criado entre ambos: EU-TU.

interação, ou seja, o espaço em que uma voz(es) é(são) superior(res) a outras, impedindo que o sujeito manifeste as suas intenções e possibilite manifestar seus referenciais, demarcando o seu espaço no discurso.

Chegando até aqui, podemos resgatar algumas reflexões propostas anteriormente. Entre elas, a concepção de linguagem que, de uma forma ou de outra norteia os estudos da linguística para algumas abordagens diferenciadas. Tais abordagens podem variar desde a exclusão do sujeito do contexto social e uma abordagem da língua exterior a ela mesma, até uma concepção de linguagem que entenda o sujeito como um agente potencial de transformação social, “denunciando” suas intenções no contexto linguístico.

Nessa abordagem, a língua é vista em seu sistema interno, articulando o social e o linguístico na construção de significados capazes de expressar a **representação** nas suas mais variadas manifestações, sejam elas especificamente históricas, ideológicas ou interindividuais e/ou todas juntas a um só tempo. Percebendo essas desigualdades epistemológicas, poderíamos nos questionar qual dessas concepções de linguagem seria a mais segura, ou mesmo qual seria a *ideal*.

Neste estudo, fica evidente que optamos pela segunda concepção com o objetivo de tentar abarcar e explicar alguns enunciados sociais que somente poderiam se tornar evidentes numa visão que fosse capaz de inserir o interlocutor nas relações de poder e buscar nestas as intenções desse interlocutor dispersas na representação social e linguística. Todavia, em se tratando de linguagem e suas múltiplas manifestações, não se pode dizer que uma determinada abordagem seja *melhor* ou *pior* que outra, e sim diferente. É no uso que fazemos da linguagem que nos posicionamos enquanto sujeitos. E nesse uso, cada qual apresenta suas intenções, seus **porquês**, e nesse jogo de poder, marcamos nossa posição no discurso, não nos tornando melhores ou piores e sim diferentes, pois é através das diferenças que nos constituímos enquanto sujeitos (interlocutores) heterogêneos.

Por **enunciado social**, como sugerido, entenda-se como sendo as representações percebidas nas relações de poder. Neste artigo, descrevemos o uso do dialeto de prestígio na linguagem escrita. Assim, podemos supor que a convenção social do uso dessa escrita, materializada por meio de dicionários e gramáticas, seja o enunciado. A enunciação seria, por sua vez, as intenções da classe dominante em criar tais relações e as razões político-culturais em manter essas mesmas relações de poder.

Conclui-se, pois, que a linguagem está articulada nas **diferenças** entre os interlocutores. E nesse jogo de diferenças é que surge o processo de interação e a própria construção do discurso. Conforme assegura Geraldi (1984, p. 45), “Nesse sentido, a língua só tem existência no jogo que se joga na sociedade, na interlocução, e é no interior de seu funcionamento que se pode procurar estabelecer as regras de tal jogo”.

Dessa forma, se o sujeito está inserido no social e no linguístico, é impraticável não compreender *as regras* desse jogo. Para tal, é necessário visualizar o processo de representação dos referenciais desse sujeito. Construindo percepções que facilitem ao interlocutor resgatar a **clivagem** que permeia esse processo. E resgatá-la significa focalizar as intenções construídas no discurso, advindas de outros discursos (intertextualidade). Com isso, *a representação do social e do linguístico* é um dos elementos propulsores dessa clivagem, e na medida em que ela se comporta como tal, torna-se também um elemento actante e performativo (que está presente nos efeitos que essa clivagem produz), uma vez que a representação está sempre presente no processo de interação. Seja como ponte entre a linguagem e o ensino de línguas; ou mesmo, entre linguagem e política, encarando o espaço da sala de aula como um momento de exercício pleno da democracia e a política, enquanto um fenômeno complexo de transformação social.

7. Referências bibliográficas

- AUTHIER-REVUZ, J. Heterogeneidade(s) Enunciativa(s). **Cadernos de Estudos Linguísticos**, 19. Campinas: Editora da UNICAMP, Jul-Dez, 1990.
- BAKHTIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1979.
- BRANDÃO, H.N. **Introdução à Análise do Discurso**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1996.
- GERALDI, J.W. **O texto na sala de aula: leitura e produção**. Cascavel: Assoeste, 1984.
- GNERRE, M. **Linguagem, Escrita e Poder**. São Paulo: Martins Fontes, 1985.
- RICOEUR, P. **Interpretação e Ideologias**. Rio de Janeiro: F. Alves, 1983.